

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui dez concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 11.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de março de 2021.

a) Impactos COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus ("COVID-19") constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e servirão para mitigar os impactos da pandemia para os próximos meses.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotaram as seguintes medidas:

- Postergação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Medida Provisória nº 927, publicada em 22 de março de 2020, referente às competências de março, abril e maio, pagos a partir de julho/2020 e parcelados em seis (6) vezes, de julho até dezembro/2020;
- Adesão da Medida Provisória nº 936, publicada em 01 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.020, publicada em 7 de julho de 2020, com redução salarial e jornada de trabalho em até 40% nos meses de maio e junho de 2020 para todas as empresas do Grupo, exceto para a controlada direta Ecoporto Santos que manteve a utilização da Medida Provisória até julho de 2020, e suspensão do contrato de trabalho por tempo determinado para parte dos colaboradores da controlada direta Ecoporto Santos;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 932, publicada em 31 de março de 2020;
- Utilização do fundo denominado da Previdência Privada para pagar as faturas do benefício de maio a agosto de 2020;
- Postergação do recolhimento do Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") relativos à competência março e abril para os meses de setembro e outubro/2020, respectivamente, conforme portaria nº 139 do Ministério da Economia publicada em 3 de abril de 2020;
- Postergação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços ("ISS") em conformidade com os decretos divulgados de cada município; e
- Adesão ao *standstill* do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovado em março de 2020 como medida socioeconômica de execução imediata com a suspensão temporária por um prazo de até 6 (seis) meses de amortizações de empréstimos contratados.
- Antecipação de contratação de operações de crédito de forma a reforçar a posição de caixa do Grupo e reduzir as incertezas sobre a capacidade de rolagem das dívidas com vencimento em 2020.

A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

- desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;
- o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os *covenants* dos contratos de crédito; e
- incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A Companhia criou comitês de crise, incluindo pessoas-chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionários que possam realizar suas atividades fora das instalações da Companhia.

O Grupo EcoRodovias vem contando com empresas parceiras para ação de apoio aos caminhoneiros. Estas empresas parceiras juntaram-se às concessionárias para ampliar o atendimento que já vinha sendo feito aos caminhoneiros desde o início da pandemia, a ação conta com distribuição de marmitas, entrega de kits de higiene contendo sabonete, álcool gel, luvas e máscaras de proteção, e doação de alimentos não perecíveis.

Os itens têm sido entregues nas bases de atendimento aos usuários, postos policiais e em postos de serviço instalados ao longo das rodovias.

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

Na data base de 31 de dezembro de 2020, as controladas diretas e indiretas realizaram teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 13) e não identificaram impacto nos resultados, exceto em relação à Ecoporto Santos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.b).

b) *Impairment* de ativos

Em virtude de aspectos regulatórios do contrato de concessão do Ecoporto Santos descrito na nota explicativa nº 2.3.viii, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu redução de R\$745.125 no valor de seus ativos não-financeiros, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2020		
	Valor contábil líquido	Valor recuperável líquido (c)	Ajuste de Impairment líquido no resultado do exercício
Imobilizado e Intangível (a)	643.987	132.364	511.623
Tributos diferidos (b)	233.502	-	233.502
Totais	877.489	132.364	745.125

- (a) O valor em uso da controlada Ecoporto Santos foi atualizado, por consultoria externa, para refletir as melhores estimativas da Administração considerando a finalização do contrato de concessão em 11 de junho de 2023. As premissas e critérios do cálculo estão descritas na Nota Explicativa nº 13.b). Com base nessa avaliação, a Companhia identificou o impacto no resultado de R\$511.623.
- (b) Os créditos fiscais decorrentes de: a) prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social; b) ágio por incorporação reversa, e c) diferenças temporárias foram baixados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controlada Ecoporto Santos, observadas as limitações legais. A revisão gerou uma baixa de R\$233.502 (vide rubrica Imposto Diferido da Nota Explicativa nº 14), sendo a) R\$39.117 prejuízos fiscais, b) 166.755 ágio por incorporação e c) R\$27.630 outras diferenças temporárias. A Companhia irá manter fiscalmente os valores para futura utilização.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) O montante de R\$132.364 é composto por: R\$32.586 valor em uso dos bens e R\$99.778 do residual dos bens reversíveis, os quais serão objeto de indenização ao final do contrato de concessão de acordo com a Resolução ANTAQ nº 7.459/19, ratificada pela Nota Técnica 1/21/CGEV/DGCO/SNPTA, e serão atualizados monetariamente com os critérios especificados na Nota Explicativa nº 1.c) abaixo.

c) Ativo financeiro

O ativo financeiro corresponde à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis conforme Nota Explicativa nº 1.b) acima. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/STN/SEAE/MF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R\$315.308. Considerando os critérios estabelecidos no CPC12, o valor foi ajustado a valor presente na data-base de 31 de dezembro de 2020, representando o valor total de R\$234.056, sendo que o valor residual de R\$99.778 está demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado", assim foi constituído um ativo financeiro de R\$134.278 (R\$129.152 líquido de PIS/COFINS).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto (ou *joint venture*), sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

<u>Controladas diretas:</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Objetivos principais</u>
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL03 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL04 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	100%	100%	Em fase pré-operacional (vide Nota Explicativa nº 11.a.i).

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Controlada em conjunto (Joint Venture):</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Objetivos principais</u>
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20%	20%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana do município de Belo Horizonte em Minas Gerais.
<u>Controladas Indiretas:</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Objetivos principais</u>
<u>Via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:</u>			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	100%	100%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ – Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) “Ponte Rio-Niterói”.
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais (BR-135, MG-231, LMG-754)
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais (BR-364/365/GO/MG)
EIL02 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Argovias Administração e Participações S.A.	100%	100%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Via Argovias Administração e Participações S.A.:

Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração de concessão da rodovias BR-050 MG/GO.
--	------	------	---

Controladas Indiretas:

31/12/2020 31/12/2019 Objetivos principais

Via ELG-01 Participações Ltda:

Anish Empreendimentos e Participações Ltda	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
--	------	------	--

Via Anish Empreend. e Participações Ltda:

Paquetá Participações Ltda	100%	100%	Administração de bens próprios, tais como imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros e a participação, direta ou indireta, na qualidade de sócia ou acionista de qualquer sociedade.
----------------------------	------	------	---

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; e
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

2.3 Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

i) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até junho de 2026.

ii) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Explora o conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até junho de 2039.

iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até novembro de 2021. A Companhia avaliou os efeitos da finalização do contrato de concessão e entende que este não causará impactos significativos no balanço patrimonial da controlada.

iv) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é de 24 anos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até novembro de 2021. A Companhia avaliou os efeitos da finalização do contrato de concessão e entende que este não causará impactos significativos no balanço patrimonial da controlada.

v) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas, as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até março de 2026.

vi) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção,

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até maio de 2038.

vii) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até junho de 2045.

viii) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados.

ix) ECO135 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 363,95km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária. O início da cobrança de pedágio ocorreu em 1 de abril de 2019. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até 2048.

x) Eco050 – Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

xi) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

Explora pelo regime de concessão o sistema rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479(contorno Oeste de Uberlândia/MG). A companhia assinou o contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de dezembro de 2019, e o termo de Arrolamento e Transferência de Bens em 20 de janeiro de 2020. O prazo da concessão é de 30 anos e vigorará até 20 de janeiro de 2050.

2.4. Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 27).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências

identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos nas Notas Explicativas nº 13 e 1.b), a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

g) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados em cada contrato de concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluirá para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de tráfegos nas rodovias administradas pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

h) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e sua adoção não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

i) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i> (vigência ainda não definida pelo IASB)	As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidas no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i> . Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes de remuneração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i> . A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recursos proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: <u>IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u> : A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou <i>joint venture</i> que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). <u>IFRS 9 – Instrumentos Financeiros</u> : A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado,	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 – Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 – Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

j) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

k) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

l) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão das controladas diretas e indiretas da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia anteriormente considerava o prazo de concessão assumindo a renovação, mas em função da alta probabilidade de não renovação, passou a considerar o prazo final da concessão sem a sua renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.f, o Grupo capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida individualmente em cada concessionária, dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 8,37% e 10,50% ao ano, pois são calculados individualmente para cada concessionária do Grupo EcoRodovias. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 21.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMA.

As normas, alterações e interpretações existentes com adoção inicial em 1º de janeiro de 2020 não tem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	16	18	24.510	215.084
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	5.625	15.168	1.122.319	1.090.626
Operações compromissadas (b)	-	-	6.965	34.459
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	171.694	473.532
Aplicações automáticas (d)	177	89	16.731	42.547
	5.818	15.275	1.342.219	1.856.248

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo as incertezas do mercado econômico, a companhia preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7). (Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários, era composta por 44,% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas, 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101% em 31 de dezembro de 2020 (98,% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (75% em 31 de dezembro de 2019), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

imediate e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.

- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 101,2% do CDI em 31 de dezembro de 2020, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recursos não vinculados	260	1.470	51.791	105.678
	260	1.470	51.791	105.678

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

As aplicações financeiras – conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de investimento (a)	88.201	66.963
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	39.288	39.953
	127.489	106.916
Circulante	62.532	56.614
Não circulante	64.957	50.302

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 133,2% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (96,8% em 31 de dezembro de 2019).
- (b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado a taxa média ponderada de 91,4% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

As aplicações financeiras – conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói – Ecofonte, Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. e Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

9. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico (a)	147.389	135.454
Receitas acessórias (b)	1.865	1.707
Recebíveis de portos (c)	21.752	17.628
Outras contas a receber	20.449	15.815
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(7.848)	(5.855)
	<u>183.607</u>	<u>164.749</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	180.863	157.757
Vencidos:		
Até 30 dias	2.813	4.276
De 31 a 90 dias	1.752	2.349
De 90 a 120 dias	253	368
Acima de 120 dias	5.774	5.855
	<u>191.455</u>	<u>170.604</u>

A movimentação do exercício nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	5.855	3.526
Consolidação Ecopátio	-	1.582
Valores recuperados e baixados	(3.151)	(1.663)
Constituição de PECLD	5.144	2.410
Saldo no fim do exercício	<u>7.848</u>	<u>5.855</u>

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Natureza:</u>				
Cível	66	64	8.606	6.795
Tributário	-	-	5.932	5.900
Trabalhista	25	5	23.297	22.481
Meio Ambiente	-	-	61.783	60.425
Desapropriações	-	-	23.806	23.735
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	-	-	83.083	81.858
Ministério Público Federal - MPF-PR	-	-	-	2.360
Outros (Distribell S.A.)	2.575	2.456	2.575	2.456
	<u>2.666</u>	<u>2.525</u>	<u>209.082</u>	<u>206.010</u>

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota Explicativa nº 23 Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	2.525	2.448	206.010	189.732
Consolidação Ecopátio	-	-	-	618
Aquisição participação	-	-	-	820
Adições	21	15	6.264	199.229
Baixas	-	(11)	(6.164)	(192.271)
Atualização monetária	120	73	2.972	7.882
Saldo no fim do exercício	<u>2.666</u>	<u>2.525</u>	<u>209.082</u>	<u>206.010</u>

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Controladas diretas							
	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2020		participação direta - %					
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.148.957	415.589	100	100	1.148.957	973.590	415.589	109.112
Ecoporto Santos S.A.	105.162	(327.057)	100	100	105.162	357.219	(327.057)	3.515
ELG-01 Participações Ltda.	64.216	(296)	100	100	64.216	56.237	(296)	(2.313)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	13.945	(3.250)	100	100	13.945	12.695	(3.250)	(3.731)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	828	(20)	20	20	166	250	(4)	10
EIL-01 Participações Ltda.	359	5	100	100	359	354	5	11
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	15.562	157	100	-	15.562	15.305	157	(24.237)
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	73.350	2.697	100	-	73.350	70.653	2.697	(3.790)
Lucros não realizados Eco101	(891)	52	-	-	(891)	(943)	52	52
Lucros não realizados Ecoporto	-	862	-	-	-	(862)	862	-
					<u>1.420.826</u>	<u>1.484.498</u>	<u>88.755</u>	<u>78.629</u>

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

	31/12/2019	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2020
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	973.590	(240.222)	-	-	415.589	1.148.957
Ecoporto Santos S.A.	357.219	-	75.000	-	(327.057)	105.162
ELG-01 Participações Ltda.	56.237	-	8.275	-	(296)	64.216
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.695	-	4.500	-	(3.250)	13.945
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	250	-	-	(80)	(4)	166
EIL-01 Participações Ltda.	354	-	-	-	5	359
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel (a.i)	15.305	-	100	-	157	15.562
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	70.653	-	-	-	2.697	73.350
Lucros não realizados - Eco101	(943)	-	-	-	52	(891)
Lucros não realizados - Ecoporto	(862)	-	-	-	862	-
	1.484.498	(240.222)	87.875	(80)	88.755	1.420.826

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Ecopátio	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital/AFAC	Equivalência patrimonial (exercícios anteriores)	Equivalência patrimonial	31/12/2019
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.022.255	-	(197.777)	40.000	-	109.112	973.590
Ecoporto Santos S.A.	332.704	-	-	21.000	(1.801)	5.316	357.219
ELG-01 Participações Ltda.	56.050	-	-	2.500	-	(2.313)	56.237
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.426	-	-	-	-	(3.731)	12.695
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.105	-	(865)	-	-	10	250
EIL-01 Participações Ltda.	343	-	-	-	-	11	354
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (a.i)	(7.758)	-	-	47.300	-	(24.237)	15.305
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	74.443	-	-	-	(3.790)	70.653
Lucros não realizados - Eco101	(995)	-	-	-	-	52	(943)
Lucros não realizados - Ecoporto	(862)	-	-	-	-	-	(862)
	1.419.268	74.443	(198.642)	110.800	(1.801)	80.430	1.484.498

a.i) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel - Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia, foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor de outorga fixa ofertada, correspondente a R\$883.000. Em 18 de dezembro de 2020, através de Fato Relevante divulgado ao mercado, a Companhia informou que tomou conhecimento da decisão do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas/CGPPP, divulgada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para a formação de Grupo de Trabalho para estruturar e consolidar uma nova modelagem de concessão de serviços públicos do trecho rodoviário do Rodoanel Norte, contemplando a realização das obras necessárias para conclusão do trecho e também por não realizar novo sobrestamento da Concorrência Internacional 01/2017 (Rodoanel Norte), da ARTESP, mantendo-se o prazo vigente até 31 de dezembro de 2020.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	31/12/2020	Resultado	participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	do exercício	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	828	(20)	20%	20%	166	250	(4)	10
					166	250	(4)	10

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2019	Amortização	Impairment (*)	31/12/2020
Ágio – Ecosul	3.210	(513)	-	2.697
Mais Valia – Anish	37.744	-	-	37.744
Ágio – Ecoporto - (direito de concessão)	318.262	(11.076)	(307.186)	-
	359.216	(11.589)	(307.186)	40.441

	31/12/2018	Amortização	Impairment	31/12/2019
Ágio – Ecosul	3.724	(514)	-	3.210
Mais Valia – Anish	37.744	-	-	37.744
Ágio – Ecoporto – (direito de concessão)	329.338	(11.076)	-	318.262
	370.806	(11.590)	-	359.216

(*) Vide Nota Explicativa nº 1.b)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2020:

	ATIVO	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	PASSIVO	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido/ (Passivo a Descoberto)
<u>Controladas diretas</u>							
EIL01	359	359	-	359	-	-	359
Ecorodovias Concessões	5.477.836	827.483	4.650.353	5.477.836	1.013.329	3.315.550	1.148.957
Ecoporto Santos	411.412	42.587	368.825	411.412	195.785	110.465	105.162
Termares	38.269	18.465	19.804	38.269	14.178	10.146	13.945
Ecorodoanel	15.666	108	15.558	15.666	104	-	15.562
ELG01	64.216	76	64.140	64.216	-	-	64.216
Ecopátio	76.131	18.683	57.448	76.131	1.451	1.330	73.350
<u>Controladas indiretas</u>							
Ecovia	317.631	242.190	75.441	317.631	95.243	14.277	208.111
Ecosul	432.959	45.017	387.942	432.959	321.002	12.646	99.311
Ecovias	1.943.930	157.228	1.786.702	1.943.930	196.025	1.158.042	589.863
Ecocataratas	399.264	219.514	179.750	399.264	202.550	71.033	125.681
Ecopistas	1.567.223	90.728	1.476.495	1.567.223	256.842	692.698	617.683
Eco101	1.218.589	31.389	1.187.200	1.218.589	136.441	435.203	646.945
Ecoponte	704.842	104.168	600.674	704.842	38.779	463.227	202.836
Eco135	1.166.090	73.153	1.092.937	1.166.090	98.932	1.067.432	(274)
EIL02	1	1	-	1	-	-	1
Anish	64.333	377	63.956	64.333	92	312	63.929
Paquetá	11.048	48	11.000	11.048	-	-	11.048
Argovias	481.833	377	481.456	481.833	110	-	481.723
Eco050	1.444.805	54.139	1.390.666	1.444.805	97.296	866.053	481.456
Ecovia do Cerrado	654.858	313.975	340.883	654.858	35.230	11.057	608.571

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização investimentos	Outras receitas/ (despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício
Controladas diretas												
EIL01	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	(2)	5
Ecorodovias Concessões	246.562	(140.650)	105.912	(73.208)	(15.334)	(3.044)	549.294	563.620	(196.917)	366.703	48.886	415.589
Ecoporto Santos	110.805	(81.110)	29.695	(30.785)	-	(75.448)	-	(76.538)	(17.340)	(93.878)	(233.179)	(327.057)
Termares	58.824	(42.990)	15.834	(19.107)	-	12	-	(3.261)	(590)	(3.851)	601	(3.250)
Ecorodoanel	-	-	-	(203)	-	-	-	(203)	392	189	(32)	157
ELG01	-	-	-	-	-	-	(302)	(302)	7	(295)	(1)	(296)
Ecopátio	27.770	(17.760)	10.010	(7.073)	-	5	-	2.942	125	3.067	(370)	2.697
Controladas indiretas												
Ecovia	311.209	(138.473)	172.736	(17.075)	-	4	-	155.665	(982)	154.683	(51.867)	102.816
Ecosul	363.829	(189.228)	174.601	(17.775)	-	10	-	156.836	(11.344)	145.492	(48.790)	96.702
Ecovias	1.037.347	(341.240)	696.107	(52.927)	-	(30)	-	643.150	(84.084)	559.066	(183.584)	375.482
Ecocataratas	330.569	(204.208)	126.361	(18.304)	-	8	-	108.065	(10.800)	97.265	(39.342)	57.923
Ecopistas	296.763	(157.448)	139.315	(20.643)	-	17	-	118.689	(64.327)	54.362	(16.042)	38.320
Eco101	337.136	(310.922)	26.214	(59.039)	-	(2)	-	(32.827)	(23.213)	(56.040)	902	(55.138)
Ecoponte	240.696	(188.900)	51.796	(13.311)	-	(1)	-	38.484	(34.205)	4.279	(1.506)	2.773
Eco135	279.713	(123.257)	156.456	(10.732)	-	(1)	-	145.723	(189.387)	(43.664)	13.585	(30.079)
Anish	20	-	20	9	-	-	(184)	(155)	(147)	(302)	-	(302)
Paquetá	-	-	-	(176)	-	-	-	(176)	(8)	(184)	-	(184)
Argovias	-	-	-	(18)	-	-	(7.632)	(7.650)	(2)	(7.652)	-	(7.652)
Eco050	365.846	(302.335)	63.511	(15.273)	-	1.656	-	49.894	(60.872)	(10.978)	3.346	(7.632)
Ecovia do Cerrado	261.783	(274.586)	(12.803)	(14.243)	-	-	-	(27.046)	6.083	(20.963)	7.101	(13.862)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

a) Controladora

	Hardware	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,35	1,1	2,4	3,9	9,1	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2019	1.616	264	549	1.956	3.420	7.805
Adições	173	-	2	-	50	225
Saldos em 31/12/2020	1.789	264	551	1.956	3.470	8.030
DEPRECIÇÃO						
Saldos em 31/12/2019	(1.393)	(255)	(501)	(986)	(2.686)	(5.821)
Adições	(91)	(3)	(13)	(76)	(312)	(495)
Saldos em 31/12/2020	(1.484)	(258)	(514)	(1.062)	(2.998)	(6.316)
RESIDUAL						
Em 31/12/2020	305	6	37	894	472	1.714
Em 31/12/2019	223	9	48	970	734	1.984
	Hardware	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,6	1,1	2,4	3,9	9,1	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2018	1.477	264	549	1.956	3.626	7.872
Adições	173	-	-	-	15	188
Baixas	(34)	-	-	-	(221)	(255)
Saldos em 31/12/2019	1.616	264	549	1.956	3.420	7.805
DEPRECIÇÃO						
Saldos em 31/12/2018	(1.322)	(252)	(488)	(910)	(2.374)	(5.346)
Adições	(71)	(3)	(13)	(76)	(312)	(475)
Saldos em 31/12/2019	(1.393)	(255)	(501)	(986)	(2.686)	(5.821)
RESIDUAL						
Em 31/12/2019	223	9	48	970	734	1.984
Em 31/12/2018	155	12	61	1.046	1.252	2.526

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Imobilizado andamento	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	6,5	2,7	6,7	-	4,7	-	3,2	9,5	9,7	3,5	-
CUSTO											
Saldos em 31/12/2019	397.268	319.957	27.738	70.554	95.313	-	257.591	30.295	27.199	19.627	1.245.542
Adições	57.390	5.172	1.980	-	-	28	1.005	518	3.134	1.912	71.139
Baixas	(4.975)	(2.711)	(2.818)	-	-	-	-	(8.580)	(35)	(1.131)	(20.250)
Transferências	(724)	(5.263)	(165)	37.744	564	(28)	307	285	2.887	788	36.395
Saldos em 31/12/2020	448.959	317.155	26.735	108.298	95.877	-	258.903	22.518	33.185	21.196	1.332.826
DEPRECIÇÃO											
Saldos em 31/12/2019	(340.460)	(152.524)	(20.096)	-	(51.830)	-	(89.225)	(25.209)	(10.055)	(10.719)	(700.118)
Adições	(27.122)	(8.517)	(1.735)	-	(4.497)	-	(8.167)	(2.123)	(3.065)	(715)	(55.941)
Baixas	4.855	3.412	2.639	-	-	-	-	7.325	31	6	18.268
<i>Imparment</i>	(850)	(13.910)	(546)	-	-	-	(143.240)	(867)	(5.071)	-	(164.484)
Transferências	2.090	5.878	151	-	(328)	-	(308)	73	(2.621)	(2.403)	2.532
Saldos em 31/12/2020	(361.487)	(165.661)	(19.587)	-	(56.655)	-	(240.940)	(20.801)	(20.781)	(13.831)	(899.743)
RESIDUAL											
Em 31/12/2020	87.472	151.494	7.148	108.298	39.222	-	17.963	1.717	12.404	7.365	433.083
Em 31/12/2019	56.808	167.433	7.642	70.554	43.483	-	168.366	5.086	17.144	8.908	545.424

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Imobilizado andamento	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,9	5,1	7,5	-	42,4	-	3,4	23,1	29,0	6,9	-
CUSTO											
Saldos em 31/12/2018	285.354	280.474	27.746	55.164	21.703	69.837	225.970	21.083	10.495	22.983	1.020.809
Consolidação Ecopátio	6.166	12.631	859	189	84.698	-	21.597	-	16.175	1.303	143.618
Aquisição Participação	85.169	5.307	775	-	-	-	-	11.957	-	1.541	104.749
Adições	14.389	6.337	1.177	15	-	69	475	468	2.919	3.245	29.094
Baixas	(327)	(2.045)	(40)	-	-	-	-	(3.326)	(6)	(1.652)	(7.396)
Transferências	6.517	17.253	(2.779)	15.186	(11.088)	(69.906)	9.549	113	(2.384)	(7.793)	(45.332)
Saldos em 31/12/2019	397.268	319.957	27.738	70.554	95.313	-	257.591	30.295	27.199	19.627	1.245.542
DEPRECIACÃO											
Saldos em 31/12/2018	(251.427)	(128.688)	(17.385)	-	(3.171)	-	(71.079)	(15.982)	(1.058)	(8.487)	(497.277)
Consolidação Ecopátio	(5.745)	(9.266)	(520)	-	(44.163)	-	(10.223)	-	(6.228)	(786)	(76.931)
Aquisição Participação	(59.985)	(1.270)	(306)	-	-	-	-	(7.585)	-	(406)	(69.552)
Adições	(23.559)	(15.345)	(1.925)	-	(4.496)	-	(7.923)	(4.184)	(2.769)	(1.040)	(61.241)
Baixas	256	2.045	40	-	-	-	-	2.542	-	-	4.883
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	(340.460)	(152.524)	(20.096)	-	(51.830)	-	(89.225)	(25.209)	(10.055)	(10.719)	(700.118)
RESIDUAL											
Em 31/12/2019	56.808	167.433	7.642	70.554	43.483	-	168.366	5.086	17.144	8.908	545.424
Em 31/12/2018	33.927	151.786	10.361	55.164	18.532	69.837	154.891	5.101	9.437	14.496	523.532

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

a) Controladora

	Software de terceiros	Direito de Uso - CPC06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	3,2	-	-
CUSTO			
Saldos em 31/12/2019	1.109	-	1.109
Adições	66	-	66
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	897	897
Saldos em 31/12/2020	1.175	897	2.072
AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2019	(1.046)	-	(1.046)
Adições	(37)	(813)	(850)
Saldos em 31/12/2020	(1.083)	(813)	(1.896)
RESIDUAL			
Em 31/12/2020	92	84	176
Em 31/12/2019	63	-	63

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<i>Software de terceiros</i>	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - %	10,2	-
CUSTO		
Saldos em 31/12/2018	1.091	1.091
Adições	18	18
Saldos em 31/12/2019	1.109	1.109
AMORTIZAÇÃO		
Saldos em 31/12/2018	(934)	(934)
Adições	(112)	(112)
Saldos em 31/12/2019	(1.046)	(1.046)
RESIDUAL		
Em 31/12/2019	63	63
Em 31/12/2018	157	157

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Ágio ELG-01	Outros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	8,7	-	-	4,2	-	-
CUSTO								
Saldos em 31/12/2019	9.922.527	8.561	164.370	1.286.901	37.744	1.080	15.357	11.436.540
Adições	243.059	-	11.969	831.209	-	-	-	1.086.237
Baixas	(5.049)	-	(40)	(1.108)	-	-	(2)	(6.199)
Transferências	1.001.403	-	634	(1.001.206)	(37.744)	518	-	(36.395)
Direito de Uso - CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	-	58.510	58.510
Saldos em 31/12/2020	11.161.940	8.561	176.933	1.115.796	-	1.598	73.865	12.538.693
AMORTIZAÇÃO								
Saldos em 31/12/2019	(3.402.260)	(5.214)	(129.032)	-	-	(421)	(5.693)	(3.542.620)
Adições	(444.823)	(514)	(14.881)	-	-	(67)	(30.835)	(491.120)
Baixas	118	-	39	-	-	-	2	159
Impairment	(341.061)	-	(6.078)	-	-	-	-	(347.139)
Transferências	(1.472)	-	(542)	-	-	(518)	-	(2.532)
Saldos em 31/12/2020	(4.189.498)	(5.728)	(150.494)	-	-	(1.006)	(36.526)	(4.383.252)
RESIDUAL								
Em 31/12/2020	6.972.442	2.833	26.439	1.115.796	-	592	37.339	8.155.441
Em 31/12/2019	6.520.267	3.347	35.338	1.286.901	37.744	659	9.664	7.893.920

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Ágio ELG-01	Outros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	10,2	-	-	-	-	-
CUSTO								
Saldos em 31/12/2018	7.928.381	8.561	146.899	559.169	37.744	402	15.333	8.696.489
Consolidação Ecopátio	-	-	5.518	-	-	1.003	24	6.545
Aquisição Participação	1.522.270	-	1.764	72.538	-	-	-	1.596.572
Adições	108.483	-	10.358	975.894	-	-	-	1.094.735
Baixas	(3.036)	-	-	(97)	-	-	-	(3.133)
Transferências	366.429	-	(169)	(320.603)	-	(325)	-	45.332
Saldos em 31/12/2019	9.922.527	8.561	164.370	1.286.901	37.744	1.080	15.357	11.436.540
AMORTIZAÇÃO								
Saldos em 31/12/2018	(2.845.645)	(4.700)	(107.275)	-	-	(63)	-	(2.957.683)
Consolidação Ecopátio	-	-	(4.938)	-	-	(279)	-	(5.217)
Aquisição Participação	(72.302)	-	(1.319)	-	-	-	-	(73.621)
Adições	(484.478)	(514)	(15.512)	-	-	(67)	(5.693)	(506.264)
Baixas	165	-	-	-	-	-	-	165
Transferências	-	-	12	-	-	(12)	-	-
Saldos em 31/12/2019	(3.402.260)	(5.214)	(129.032)	-	-	(421)	(5.693)	(3.542.620)
RESIDUAL								
Em 31/12/2019	6.520.267	3.347	35.338	1.286.901	37.744	659	9.664	7.893.920
Em 31/12/2018	5.082.736	3.861	39.624	559.169	37.744	339	15.333	5.738.806

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2020, as principais adições nesta rubrica referem-se a pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2020 foram 4,2% a.a. (5,97% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2020 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados R\$46.907 referentes a encargos financeiros (R\$56.247 em 31 de dezembro de 2019) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O valor em uso das controladas foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção do resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*) e as perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado considerando alavancagem média e betas médios obtidos de amostras de empresas comparáveis à Companhia. Foi considerado "size premium" estimado com base no tamanho (*Equity Value*) da Companhia na data-base das análises, segundo *Market Capitalization* obtido do *Capital IQ*: (a) WACC para concessionárias de rodovia: 9,3% a.a.; (b) WACC para Ecoporto Santos: 10,0% a.a.; e (c) WACC para Ecopátio: 9,9% a.a.; ambas em termos nominais, após impostos. Com base nessa avaliação, a Companhia identificou impacto no resultado, apenas para a controlada Ecoporto Santos, conforme descrito na Nota Explicativa 1.b).

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Consolidado					
	Balanço patrimonial					Resultado
	31/12/2019	Outros (ii)	Adições	Baixas	31/12/2020	31/12/2020
Realização do ágio na incorporação:						
Ecoporto	166.755	-	-	(166.755)	-	(166.755)
Ecosul	2.228	-	-	(350)	1.878	(350)
Ecocataratas	17.696	-	-	(9.232)	8.464	(9.232)
Ecopátio	2.891	-	-	(289)	2.602	(289)
Argovias	1.731	-	5.989	-	7.720	5.989
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	47.793	(95)	14.846	(44.491)	18.053	(29.740)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	114.375	-	65.180	(41.737)	137.818	23.443
Provisão para manutenção	144.860	-	50.926	(40.857)	154.929	10.069
AVP ônus Concessão	1.167	-	36.390	(10.602)	26.955	25.788
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	465	-	905	(648)	722	257
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(41.748)	-	-	3.341	(38.407)	3.341
Depreciação societária	(8.716)	-	(1.407)	8.591	(1532)	7.184
Juros capitalizados	(44.180)	-	(28.236)	2.349	(70.067)	(25.887)
Outros	3.549	-	1.326	(2.857)	2.018	(1.531)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	408.866	(95)	145.919	(303.537)	251.153	
Receita (despesas) de IR e CS diferido						(157.713)

(i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladoras: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco101, Eco050, Eco135 e Ecovias do Cerrado.

(ii) Refere-se a provisão para perdas, cíveis, trabalhistas e tributárias da controladora Eco050.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos em 31 de dezembro de 2020 R\$254.378 no ativo não circulante e R\$1.551 no passivo não circulante. (Em 31 de dezembro de 2019 R\$ 421.425 no ativo não circulante e R\$ 12.559 no passivo não circulante).

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	78.128
2021	122.526	82.050
2022	13.378	55.058
2023	8.844	67.248
2024	8.844	8.425
2025	15.367	7.116
Posteriores a 2025 (*)	82.194	110.841
	251.153	408.866

(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de concessão), ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ajuste do RTT (Regime Tributário de Transição) que são amortizados pelo prazo de cada concessão.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro/(Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(417.988)	(185.280)	79.072	95.624
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	142.116	62.995	(26.884)	(32.512)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(3.775)	(1.099)
Gratificações/PPR diretores	(630)	(1.538)	(1.812)	(3.266)
Equivalência patrimonial	30.176	26.734	(1)	4
Despesas indedutíveis	(6)	(4)	(355)	(933)
Amortização de ágio	(3.941)	(3.941)	25.014	24.877
Impairment/Ativo sujeito a indenização (ii)	(104.443)	-	(130.040)	-
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	1.631	1.996
Créditos tributários não constituídos (i)	(45.056)	(58.893)	(97.813)	(106.278)
Baixa créditos tributários anos anteriores (ii)	-	-	(233.179)	-
Operações descontinuadas	2.040	61	2.040	61
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(20.526)	(25.552)	(23.131)	(161.727)
Outros	270	138	(8.755)	(2.027)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(497.060)	(280.904)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(339.347)	(331.133)
Impostos diferidos	-	-	(157.713)	50.229
Taxa efetiva	-	-	n.m.	n.m.

(i) São compostos pelas empresas EcoRodovias Infraestrutura e Logística, Ecoporto Santos, Termares e Ecorodoanel.

(ii) Vide Notas Explicativas nº 1.b) e 1.c).

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	13.382	45.091
Despesa IR/CS DRE	339.347	331.133
Total de IR/CS pagos	(327.759)	(362.842)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	24.970	13.382

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

				Controladora		Consolidado	
Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda nacional:							
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6,0%a.a.	-	-	-	46
CCB (b)	Ecosul	06/2021	CDI+1,85% a.a.	-	-	249.935	-
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5%a.a.	-	-	80	124
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0%a.a.	-	-	-	91
Finem (c)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	-	-	18.958	23.255
Finem (c)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	-	-	35.340	64.338
Finame (d)	Ecoporto Santos	10/2020	6,0%a.a.	-	-	-	1.125
Finem (e)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	-	-	159.438	159.100
Finem (e)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	-	-	229.693	227.305
Finem (f)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	60.260	59.222
Finem (f)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	121.236	118.812
Finem (f)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	38.634	18.511
BNDES (g)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	242.980	227.097
BDMG (h)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	95.832	90.414
FINISA – CEF (i)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	282.209	258.033
FDCO – CEF (j)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	-	-	131.452	134.817
7ª Emissão NP - EIL (k)	EcoInfra	03/2022	CDI+4,00% a.a.	1.243.363	-	1.243.363	-
BNDES (a)	Eco135	06/2043	TLP - BNDES	-	-	115.934	-
				1.243.363	-	3.025.344	1.382.290
Circulante				135.522	-	485.975	97.105
Não circulante				1.107.841	-	2.539.369	1.285.185

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	-	-	82.718
2022	1.107.841	-	1.195.524	76.532
2023	-	-	91.494	80.123
2024	-	-	93.926	81.028
2025	-	-	97.749	84.647
2026	-	-	101.613	88.411
Posteriores a 2026	-	-	959.063	791.726
	1.107.841	-	2.539.369	1.285.185

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	-	-	1.382.290	645.741
Adições	1.212.416	-	1.659.844	189.485
Aquisição de participação	-	-	-	790.292
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	61.890	-	180.903	105.579
Pagamento principal	(30.000)	-	(109.162)	(239.968)
Pagamento de juros	(943)	-	(88.531)	(108.839)
Saldo no fim do exercício	1.243.363	-	3.025.344	1.382.290
Circulante	135.522	-	485.975	97.105
Não circulante	1.107.841	-	2.539.369	1.285.185

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecosul	Santander	Dívida Líquida / EBITDA \leq 3,75	N/A
(a)	Eco135	BNDES	Beneficiária: ICSD \geq 1,3 / PL/AT \geq 20% Acionistas: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado \leq 4,00	Penhor 100% Ações / Cessão Fiduciária de Direitos
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecopistas	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Passivo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,20; e (iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leq 4,0.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão.
(d)	Ecoporto Santos	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	Eco101	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30.	Cessão de direitos creditórios.
(f)	Ecoponte	BNDES	(a) Da emissora (Ecoponte): (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30; (iii) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado \leq 4,00; (b) Da Garantidora (Ecorodovias Concessões e Serviços): (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leq 4,00.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(g)	ECO050	BNDES	Da Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leq 4,00.	Penhor 100% das ações da Beneficiária / Cessão Fiduciária.
(h)	ECO050	BDMG	Beneficiária: ICSD \leq 1,2 / PL/AT \leq 20% Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado \leq 4,00	Fiança Solidária / Penhor 100% das ações da Beneficiária.
(i)	ECO050	Caixa/ FINISA	Beneficiária: ICSD \leq 1,2 / PL/AT \leq 20% Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado \leq 4,00	Penhor 100% das ações da Beneficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária.
(j)	ECO050	FDCO	Beneficiária: ICSD \leq 1,2 / PL/AT \leq 20% Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado \leq 4,00	Penhor 100% das ações da Beneficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária
(k)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Bradesco	Não exigem manutenção de índices	N/A

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos, exceto pelos índices das controladas Eco101, Eco135, e Ecopistas, sendo este último amparado por carta fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços. A Companhia apresenta a seguir os índices financeiros em 31 de dezembro de 2020 que podem gerar vencimento antecipado de dívida. Os demais índices apenas limitam distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Índices financeiros Ecosul (b)

	Exigido	Medido
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	\leq 3,75	1,01

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

Ecopistas

Subcrédito (*)	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	93.979	114 mensais
b	85.528	85.528	80.055	114 mensais
d	27.999	27.999	20.631	114 mensais
e	21.769	21.769	13.606	10 anuais
j	11.281	11.281	5.937	114 mensais
k	22.438	22.438	11.810	114 mensais
l	9.169	9.169	4.585	10 anuais
Total	277.384	277.384	230.603	

(*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Eco101

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	39.266	150 parcelas
B1	66.237	66.237	8.105	150 parcelas
B2	52.483	52.483	5.448	150 parcelas
B3	117.799	117.799	10.844	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	424.992	63.663	

Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	62.649	5.531	177 mensais
b	177.920	118.170	3.187	157 mensais
c	118.915	38.527	137	163 mensais
d	10.625	787	55	177 mensais
e	2.075	1.764	54	157 mensais
Total	417.000	221.897	8.964	

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Eco050

BDMG				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	85.000	85.000	3261	234 mensais
b	35.000	13.940	274	234 mensais
Total	120.000	98.940	3.535	

FINISA				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	350.000	288.574	10.104	234 mensais
Total	350.000	288.574	10.104	

BNDES				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	75.998	75.998	2.929	234 mensais
B1	17.026	17.026	653	234 mensais
B2	25.387	25.387	974	234 mensais
C1	18.912	18.912	725	234 mensais
C2	28.916	29.884	940	234 mensais
D1	19.603	-	-	234 mensais
D2	27.558	-	-	234 mensais
R	46.600	46.819	1.487	234 mensais
S	2.675	-	-	234 mensais
X	42.500	36.844	1.253	234 mensais
Y	48.000	-	-	234 mensais
Z	79.500	-	-	234 mensais
Total	432.675	250.870	8.961	

FDCO				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	200.000	151.896	22.000	40 semestrais
Total	200.000	151.896	22.000	

Eco135

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	71.489	71.489	828	276 mensais
b 1ª	661.572	47.853	-	234 mensais
c	263.289	-	-	234 mensais
Total	996.350	119.342	828	

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Controladora		Consolidado	
								Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
a)	Ecosul	1a	Única	(i)	17/11/2014	mai/20	107,0% do CDI	-	-	-	178.126
b)	Ecosul	2a	Única	(i)	17/01/2017	jun/20	110,75% do CDI	-	-	-	50.085
c)	Ecosul	3a	Única	(i)	02/06/2017	jun/20	107,0% do CDI	-	-	-	59.775
d)	Ecovias dos Imigrantes	2a	1a	(i)	15/04/2013	abr/20	IPC-A + 3,80% a.a.	-	-	-	101.214
e)	Ecovias dos Imigrantes	2a	2a	(i)	15/04/2013	abr/24	IPC-A + 4,28% a.a.	-	-	1.046.437	1.044.727
f)	Ecopistas	1a	1a	(i)	15/01/2011	jan/23	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	86.675	104.899
g)	Ecopistas	1a	2a	(i)	15/01/2011	abr/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	56.525	60.875
h)	Ecopistas	1a	3a	(i)	15/01/2011	jul/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	55.391	99.721
i)	Ecopistas	1a	4a	(i)	15/01/2011	out/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	54.255	77.863
j)	Eco101	1a	Única	(i)	30/06/2017	dez/20	CDI + 2,56% a.a.	-	-	-	25.007
k)	Ecoponte	1a	Única	(i)	19/11/2019	out/34	IPC-A + 4,4% a.a.	-	-	230.903	218.232
l)	Eco050	1a	Única	(i)	02/03/2018	dez/29	IPC-A + 9% a.a.	-	-	89.604	84.394
m)	Eco135	1a	Únic a	(i)	15/08/2018	ago/20	117,5% do CDI	-	-	-	226.149
n)	Ecorodovias Concessões (ii)	1a	2a	(i)	24/05/2015	abr/20	CDI + 1,42% a.a.	-	-	-	186.412
o)	Ecorodovias Concessões	2a	3a	(i)	15/10/2012	out/22	IPC-A + 5,35% a.a.	-	-	419.442	600.999
p)	Ecorodovias Concessões	6a	1a	(i)	14/12/2017	nov/20	106,00% do CDI	-	-	-	321.207
q)	Ecorodovias Concessões	6a	2a	(i)	14/12/2017	nov/22	110,25% do CDI	-	-	751.702	754.007
r)	Ecorodovias Concessões	6a	3a	(i)	14/12/2017	nov/24	IPC-A + 6,0% a.a.	-	-	34.017	32.482
s)	Ecorodovias Concessões	7a	Única	(i)	04/07/2018	jun/25	IPC-A + 7,4438% a.a.	-	-	398.574	380.841
t)	Ecorodovias Concessões	8a	1a	(i)	22/05/2019	abr/24	CDI + 1,30% a.a.	-	-	836.614	841.031
u)	Ecorodovias Concessões	8a	3a	(i)	22/05/2019	abr/26	IPC-A + 5,50% a.a.	-	-	72.703	69.095
v)	Ecorodovias Concessões	10a	Única	(i)	14/07/2020	jul/23	CDI + 3,50% a.a.	-	-	1.014.094	-
w)	Ecoporto Santos	2a	Única	(i)	27/06/2019	jun/21	CDI + 3,90% a.a.	-	-	66.787	129.751
x)	Ecoporto Santos	3a	Única	(i)	20/12/2019	dez/20	CDI + 1,75% a.a.	-	-	69.485	69.558
y)	Ecorodovias Infraestrutura	3a	Única	(i)	13/04/2018	abr/20	CDI + 1,25% a.a.	-	131.505	-	131.505
z)	Ecorodovias Infraestrutura	4a	Única	(i)	27/12/2018	dez/21	115,0% do CDI	149.563	298.856	149.563	298.856
aa)	Ecorodovias Infraestrutura	5a	Única	(i)	14/06/2019	jun/20	CDI + 1,35% a.a.	-	1.137.237	-	1.137.237
								149.563	1.567.598	5.432.771	7.284.048
								Circulante	149.563	1.419.332	1.092.648
								Não circulante	-	148.266	4.093.123
											3.190.642
											4.093.406

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
a)	148.000	(258)	10,91%	No vencimento	No vencimento	Quirografária	Não
b)	50.000	(122)	7,72%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
c)	50.000	(175)	6,82%	No vencimento	No vencimento	Quirografária	Não
d)	200.000	(6.890)	9,75%	Anual	Anuais a partir de 2019	Quirografária	Não
e)	681.000	(23.462)	9,85%	Anual	Anuais a partir de 2022	Quirografária	Não
f)	92.500	(3.255)	14,70%	Anual	Anual	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
g)	92.500	(3.255)	14,83%	Anual	Anual		Não
h)	92.500	(3.255)	14,76%	Anual	Anual		Não
i)	92.500	(3.255)	14,66%	Anual	Anual		Não
j)	25.000	(242)	8,38%	Semestral	No vencimento	Quirografária e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
k)	230.000	(15.246)	8,99%	Anual	Anual a partir de 2022	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
l)	90.000	(13.904)	13,20%	Semestral	Semestral	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e da Argovias Administração e Participações S.A.	Não
m)	225.000	(1.330)	6,54%	Trimestral	No vencimento	Quirografária	Não
n)	368.000	(2.609)	11,88%	Semestral	Anual a partir de 2019	Quirografária	Não
o)	400.000	(11.043)	11,24%	Anual	Anual a partir de 2020	Quirografária	Não
p)	319.550	(843)	9,09%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
q)	750.450	(1.977)	4,61%	Semestral	Anual a partir de 2021	Quirografária	Não
r)	30.000	(88)	10,42%	Anual	Anual a partir de 2023	Quirografária	Não
s)	350.000	(1.972)	11,87%	Anual	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não
t)	833.675	(3.937)	3,92%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
u)	66.325	(296)	9,91%	Anual	Anual a partir de 2025	Quirografária	Não
v)	1.000.000	(13.213)	5,46%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
w)	130.000	(745)	6,27%	Semestral	Semestral a partir de 2020	Fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Não
x)	70.000	(543)	4,13%	No vencimento	No vencimento	Fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Não
y)	130.000	(1.167)	7,20%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
z)	300.000	(2.907)	4,57%	Semestral	Anual a partir de 2020	Quirografária	Não
aa)	1.100.000	(9.813)	6,40%	No vencimento	No vencimento	Quirografária	Não
	7.917.000	(125.802)					

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.
- (ii) Emitida pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística e cedida para Ecorodovias Concessões e Serviços.

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.567.598	518.390	7.284.048	6.862.768
Adições	-	1.090.034	986.205	2.398.653
Aquisição de participação	-	-	-	86.102
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	38.351	81.204	433.505	587.137
Pagamento principal	(1.380.000)	(80.000)	(2.749.275)	(2.115.326)
Pagamento de juros	(76.386)	(42.030)	(521.712)	(535.286)
Saldo no fim do exercício	149.563	1.567.598	5.432.771	7.284.048
Circulante	149.563	1.419.332	1.092.648	3.190.642
Não circulante	-	148.266	4.340.123	4.093.406

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2021	-	-	-	150.000	(1.734)	148.266
	-	-	-	150.000	(1.734)	148.266

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2021	-	-	-	852.136	(12.306)	839.830
2022	1.022.237	(12.699)	1.009.538	994.199	(8.186)	986.013
2023	1.385.917	(7.716)	1.378.201	369.201	(5.148)	364.053
2024	1.395.157	(3.701)	1.391.456	1.370.845	(3.701)	1.367.144
2025	246.182	(2.704)	243.478	235.808	(3.138)	232.670
2026	56.265	(2.362)	53.903	53.847	(2.361)	51.486
Posteriores a 2026	271.204	(7.657)	263.547	259.867	(7.657)	252.210
	4.376.962	(36.839)	4.340.123	4.135.903	(42.497)	4.093.406

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	< 3,5x > 2,0x	1,28 8,92
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	> 20% ≥ 1,20x < 4,0x ≤ 5,5x	39,41% 1,48 3,38 4,28
Ecorodovias Concessões	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x > 2,0x	2,78 2,73
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,5x	2,83 2,89
	6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,0x	2,83 2,89
	7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,83
	8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,78
	9ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,78
	10ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,78
Eco050	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Patrimônio líquido/Passivo total	≥ 1,20x > 20%	1,87 33,32%
Ecoponte	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida PL Ajustado/Passivo Total	> 1,30x > 20%	2,64 33%

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	86	-	40.402	12.772
Circulante	86	-	23.412	7.291
Não circulante	-	-	16.990	5.481

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	-	-	12.772	-
Adoção inicial CPC-06	-	-	-	15.333
Adições	897	-	58.510	-
Aquisição de participação	-	-	-	721
Consolidação Ecopátio	-	-	-	24
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	21	-	8.877	11.880
Pagamento principal	(811)	-	(30.880)	(3.306)
Pagamento de juros	(21)	-	(8.877)	(11.880)
Saldo no fim do exercício	86	-	40.402	12.772

18. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Natureza	Ativo		Resultado			
		Circulante	Não circulante Intangível	Receita	Receita Juros de mútuo	Juros Cessão de dívida	Custos e Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controlada direta	232	-	-	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (b)	Controlada indireta	61	-	715	-	-	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (c)	Controlada direta	80	-	-	-	-	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (d)	Controlada direta	-	5.304	-	150	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020		373	5.304	715	150	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019		1.105	5.176	670	2.900	18.810	10.535

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita de Locação de Imóveis	
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB						
Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	38.450	3.578	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (g)	Outras partes relacionadas	-	43.051	371	-	-
Consórcio Alças da Ponte (h)	Outras partes relacionadas	-	1.221	-	-	-
Consórcio BR050 (i)	Outras partes relacionadas	-	58.272	1.300	-	-
Consórcio Baixada Santista (j)	Outras partes relacionadas	-	4.437	1.307	-	-
Consórcio MG135 (k)	Outras partes relacionadas	-	946	47	-	-
Crasa Infraestrutura (l)	Outras partes relacionadas	-	2.620	237	-	-
Consórcio PSG.(f)	Outras partes relacionadas	-	389	-	-	-
Consórcio SP-070 (m)	Outras partes relacionadas	-	16.570	2.988	-	-
Itinera Construções Ltda.(l)	Outras partes relacionadas	-	-	60	-	-
Crasa Infraestrutura e Itinera Construções Ltda. (n)	Outras partes relacionadas	1	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020		1	165.956	9.888	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019		-	381.826	31.228	670	-

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de Remuneração dos Administradores).
- (b) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$61, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos.
- (c) O saldo refere-se a reembolso de despesas administrativas, os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31/12/2021.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$277.022. O prazo para execução desses será até 30 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto é de R\$3.578 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O Consórcio PSG, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá presta serviços das obras de interligação das Rodovia SP-150 e a Rodovia SP-055, Ponte Santos - Guarujá O preço global firmado é de R\$ 3.500. e o prazo final para execução destes serviços é 31 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo em aberto a pagar.
- (g) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150 , municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$201.769 e o prazo final para execução destes serviços é de 01 de junho de 2021 Os saldos em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$371 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (h) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$354.483 e o prazo de execução desses serviços é de 30 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo em aberto a pagar.
- (i) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. " O preço global firmado é de R\$147.328 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de fevereiro de 2021. Os saldos em

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

aberto a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.300 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- (j) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Unisa das Ecovias" . O preço global firmado é de R\$5.231 e o prazo final para execução destes serviços foi em 20 de fevereiro de 2020. Os saldos em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.307 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (k) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de engenharia de apoio e consultoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento dos projetos (funcional e executivo) das obras de ampliação de capacidade e restauração das Rodovias BR 135/MG, MG 231 e LMG 754, sob concessão da Companhia. O preço global firmado é de R\$946 e o prazo final para execução destes serviços é 10 de março de 2022. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto é de R\$47 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (l) A Crasa Infraestrutura S.A. e a Itinera Construções Ltda , prestam serviços de engenharia de apoio e consultoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de novos projetos (potenciais licitações de novas concessões de rodovias em que haja interesse de estudo pela Ecorodovias para avaliar sua intenção de participação no certame), demais estudos de necessidade da Engenharia EcoRodovias. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto é de R\$297 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (m) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado é de R\$55.940 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de junho de 2021. Os saldos em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.988 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (n) A Crasa Infraestrutura S.A. e a Itinera Construções Ltda , partes relacionadas, firmaram contrato de locação do prédio administrativo com a controlada Ecovias dos Imigrantes. O preço global firmado é de R\$ 12 e o prazo final é 29 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o valor mensal da locação é de R\$1.

Os saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2020 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/12/2020	31/12/2019
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025	100% CDI +		
				1,20% a.a.	156.172	151.043
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI	5.304	5.176
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	1.060	2.525
					<u>162.536</u>	<u>158.744</u>

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2020 em R\$13.297 (R\$13.145 para o exercício de 2019), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração do exercício provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração (fixa/variável)	7.773	4.003	19.516	18.354
Gratificação	390	616	390	944
ILP Gavio	414	-	414	304
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	454	1.312	1.140	4.909
Seguro de vida	7	2	44	33
Assistência saúde	295	141	1.297	1.169
Previdência privada	196	44	602	518
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	804	521	3.367	4.378
	10.333	6.639	26.770	30.609

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com taxas que variam entre 8,37% e 10,50%, correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC de cada concessionária. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos, estando demonstrados a seguir:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.614.322	143.401	-	-	1.757.723
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(329.573)	(31.625)	-	-	(361.198)
Realização da manutenção	(1.099.665)	-	(120.244)	-	(1.219.909)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	241.255	-	-	38.083	279.338
	<u>426.339</u>	<u>111.776</u>	<u>(120.244)</u>	<u>38.083</u>	<u>455.954</u>
Circulante	147.328				262.142
Não circulante	279.011				193.812

	31/12/2018	Aquisição de Participação	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.328.191	44.138	241.993	-	-	1.614.322
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº26)	(275.212)	(13.241)	(41.120)	-	-	(329.573)
Realização da manutenção	(929.908)	-	-	(169.757)	-	(1.099.665)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	197.404	3.538	-	-	40.313	241.255
	<u>320.475</u>	<u>34.435</u>	<u>200.873</u>	<u>(169.757)</u>	<u>40.313</u>	<u>426.339</u>
Circulante	79.074					147.328
Não circulante	241.401					279.011

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controladas indiretas em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos e financiamentos no ano de constituição da provisão até 31 de dezembro de 2019. A partir de 01 de janeiro de 2020 a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC de cada concessionária.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OIPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	Efeito Financeiro (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para obras futuras	145.484	-	(3.793)	-	141.691
Efeito do valor presente sobre a constituição	(20.454)	-	-	-	(20.454)
Realização da construção	(105.582)	-	(295)	-	(105.877)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	17.814	-	-	1.453	19.267
Atualização Monetária	-	5.088	-	-	5.088
	<u>37.262</u>	<u>5.088</u>	<u>(4.088)</u>	<u>1.453</u>	<u>39.715</u>
Circulante	36.495				1.618
Não circulante	767				38.097

	31/12/2018	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para obras futuras	149.155	(3.671)	-	145.484
Efeito do valor presente sobre a constituição	(23.540)	3.086	-	(20.454)
Realização da construção	(47.803)	(57.779)	-	(105.582)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	19.055	-	(1.241)	17.814
	<u>96.867</u>	<u>(58.364)</u>	<u>(1.241)</u>	<u>37.262</u>
Circulante	71.841			36.495
Não circulante	25.026			767

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO

i) Outorgas fixas e variáveis

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.504	1.507
Variável - Ecopistas (a)	442	460
Variável - Ecovias do Cerrado (k)	318	-
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	309	287
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	500	436
Variável - Ecosul (d)	232	254
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	362	336
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	297	290
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	575	557
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (c)	2.664	2.788
Outras Ecoporto - Taxas CODESP (h)	194	705
Outras Termares - Taxas CODESP (h)	-	25
Fixas - Eco135 (i)	995.038	900.267
Credor Pela Concessão - ECO050 (j)	926	911
	<u>1.003.361</u>	<u>908.823</u>
Circulante	93.086	18.064
Não circulante	910.275	890.759

a) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação e receitas acessórias.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado mensal é de R\$287 (R\$287 em 31 de dezembro de 2019).
- c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.
- d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2020, a parcela reajustada é de R\$362 (R\$336 em 31 de dezembro de 2019).
- f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado é de R\$297 (R\$290 em 31 de dezembro de 2019).
- g) Taxa de fiscalização da controlada indireta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2020, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$575 (R\$557 em 31 de dezembro de 2019).
- h) Referem-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.
- i) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947.
- j) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta ECO050 Concessionária de Rodovias S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). Em 31 de dezembro de 2020, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$470 (R\$455 em 31 de dezembro de 2019).
- k) O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.390 a ser atualizado pelo mesmo índice de reajuste da tarifa, divididos em 12 parcelas mensais do mesmo valor e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. Em 31 de dezembro de 2020, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$318.

Adicionalmente, as controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação do exercício das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	908.823	775.438
Aquisição de participação	-	455
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	73.347	68.217
Intangível	2.411	2.323
Realização do AVP (i)	-	18.134
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 27)	179.259	120.378
Custos financeiros capitalizados (i)	-	35.239
Pagamento do principal	(160.479)	(111.361)
Saldo no fim do exercício	1.003.361	908.823

(i) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 – Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 capitalizou os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio que ocorreu em 01 de abril de 2019.

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- promover a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário do lote que compreende o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

Conforme definido pela ANTT, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias,

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de Recuperação e Manutenção;
- Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço;
- Frente de Conservação;
- Frente de Serviços Operacionais.

Ecovias do Cerrado S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho do entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG), bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados, a execução e gestão dos serviços complementares, e o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela Companhia.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

31/12/2020 (até o fim do prazo de concessão)				
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovia	32.880	17.568	10.776	61.224
Ecosul	52.854	181.740	39.798	274.392
Ecovias	510.284	116.679	55.135	682.098
Ecocataratas	42.350	83.389	9.893	135.632
Ecopistas	52.859	572.368	250.481	875.708
ECO101	1.358.991	642.720	378.417	2.380.128
Ecoponte	233.874	186.060	92.183	512.117
Eco050	523.405	1.504.009	15.394	2.042.808
Eco135	846.518	1.078.991	52.232	1.977.741
Ecovias do Cerrado	767.300	1.547.789	101.891	2.416.980
Total	4.421.315	5.931.313	1.006.200	11.358.828

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2019 (até o fim do prazo de concessão)				
Natureza dos custos				
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovia	38.176	23.510	10.882	72.568
Ecosul	104.633	164.366	38.317	307.316
Ecovias	117.366	107.991	54.398	279.755
Ecocataratas	41.241	114.334	9.465	165.040
Ecopistas	53.712	559.976	240.588	854.276
ECO101	1.417.296	663.460	362.467	2.443.223
Ecoponte	354.944	300.706	88.810	744.460
Total	2.127.368	1.934.343	804.927	4.866.638

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018. Em 08/06/2020 acórdão do TJSP negou provimento ao recurso do Estado/ARTESP, que não recorreu da decisão (certidão de trânsito em julgado publicada em 18/08/2020). Em dezembro/2020 o processo administrativo referente ao reequilíbrio foi retomado pela Ecopistas junto à ARTESP.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 06 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

c) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, contra suas sociedades relacionadas, a ECS e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluíus ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecovia. Como pedidos finais, o Estado do Paraná e o DER/PR pretendem a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção contra a Ecovia. O valor pleiteado pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, de R\$4.945.904, corresponde, segundo o Estado do Paraná e o DER/PR, ao montante total arrecadado pela Ecovia ao longo de toda a concessão. O MPF apresentou manifestação alegando que o acordo de leniência firmado não é capaz de por si só extinguir a ACP; mas que as informações e provas decorrentes do acordo não podem ser utilizadas contra as empresas em outras instâncias. Concluiu o MPF, portanto, que o acordo de leniência impede a atuação repressiva desnecessária de outros órgãos. Por conta disso, o MPF se opõe ao deferimento de qualquer medida cautelar contra as lenientes e ressalta a necessidade de se abater os valores pactuados em eventual futura condenação. Após, o juiz de primeira instância indeferiu a liminar pleiteada pelo Estado, acolhendo os argumentos apresentados pela Ecovia e seus Controladores e MPF. O juiz negou os pedidos liminares sob o argumento de que devem se levar em conta a realização do acordo de leniência celebrado com o MPF e a postura colaborativa adotada pela concessionária. Foi determinado o prosseguimento da ação judicial sob o entendimento de que não é caso de extinguir processo. O Estado do Paraná interpôs recurso e aguarda-se decisão. A Ecovia e as demais empresas apresentarão defesa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladas Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e as Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração, conforme acima já mencionado. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, estabeleceu que: (a) a Companhia ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (b) a Ecovia deve arcar com R\$20.000 de obras e R\$100.000 de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 de obras e R\$120.000 de redução tarifária. Adicionalmente, as Concessionárias do Paraná sujeitar-se-ão ao aprimoramento e acompanhamento de seu programa de ética e compliance por monitor independente. Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a Companhia e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a Companhia, o ECS e as Concessionárias do Paraná venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. As obrigações do acordo vêm sendo rigorosamente cumpridas pelas Concessionárias, que estão atualmente iniciando a execução das obras estabelecidas, aguardando apenas, em alguns casos, a emissão de licenças ambientais. As reduções tarifárias previstas no acordo já foram aplicadas e as tarifas já retornam aos valores contratuais. Em 13/01/2021, foi proferida sentença homologando o referido acordo no juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000. Aguarda-se prazo de eventual recurso ou trânsito em julgado.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação prévia encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando o início de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática atos lesivos contra a Administração Pública. As notificações também foram recebidas pelas Concessionárias Ecovia tendo sido apresentadas as defesas prévias pela Companhia e suas Controladas. Em manifestação nesse procedimento, o MPF defendeu a impossibilidade de se utilizar as informações da leniência para se aplicar sanção ou consequência negativa aos colaboradores em extensão maior do que o que já consta do acordo, solicitando ao Estado a confirmação da integral anuência à impossibilidade de utilização das informações para aplicações de sanções, bem como aos termos do Acordo de Leniência. As Companhias foram intimadas acerca da deliberação constante da Ata de Deliberação 03 – decorrente da reunião da Comissão de Processo de Responsabilização, a qual deliberou, em síntese, por (1) solicitar ao Controlador Geral prorrogação do prazo para conclusão do PAR; (2) encerrar a fase de produção de provas para produzir o documento de indiciamento das pessoas jurídicas processadas; (3) intimar as empresas para que tenham ciência sobre a análise técnica elaborada sobre as defesas que apresentamos. Sobre a análise técnica da CGE sobre as defesas da Companhia, em suma, opinou-se por afastar as alegações destas, com exceção da necessidade de observância da irretroatividade da Lei de improbidade para atos anteriores a sua edição e prazo prescricional de 5 anos (ressalvada a data da ciência do ato e da interrupção da prática ilícita no caso de infração continuada). Em 22/06 foi apresentada petição questionando o encerramento da fase de produção de provas sem que a CGE tenha especificado quais são as condutas ilegais que são imputadas às empresas, nem sequer indicar qual o valor dos supostos prejuízos alegados. As Companhias entendem que acusações da CGE são genéricas e baseadas em fatos admitidos por outra concessionária e continuará se defendendo no processo administrativo instaurado.

Independentemente do processo administrativo de responsabilização (PAR), acima mencionado, ainda nesse contexto de medidas adotadas pelo Estado do Paraná em face das Companhias, em 07 de janeiro de 2020 a Companhia e sua controlada direta ECS comunicaram ao mercado a ciência da publicação da Resolução CGE nº 67/19, da Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), que determinou cautelarmente a suspensão temporária do direito das Concessionárias Ecocataratas e Ecovia de participarem de novas licitações e celebrar novos contratos com a Administração Pública do Estado do Paraná. As Concessionárias Ecovia e Ecocataratas formularam pedido judicial de liminar para suspender os efeitos da Resolução CGE nº 67/19 diante da impossibilidade de aplicação de sanções sem o prévio procedimento administrativo e o direito à ampla defesa e contraditório. O pedido liminar foi negado pelo juiz da causa que reconheceu, liminarmente, que os argumentos que basearam a decisão cautelar não são genéricos e imprecisos, que as autoras ao firmarem acordo de leniência reconheceram que cometeram ilícitos, que as acusações estão baseadas em investigações penais realizadas pelo MPF, onde foram colhidos indícios de prática de ilícitos penais correlatos aos ilícitos contratuais, portanto presentes os requisitos para a concessão da cautelar. As Companhias irão interpor recurso contra essa decisão. Em 11 de dezembro de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, a Resolução CGE nº 78, de 10 de dezembro de 2020 revogando a Resolução CGE nº 67/2019, que determinou a suspensão temporária cautelar dos direitos da Ecovia e Ecocataratas de contratar com o Estado do Paraná.

Em agosto de 2020, foi proposta por Ecovia e Ecocataratas a Ação Ordinária -- 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração, com base na Resolução 003/2019, como forma e regulação dos Contrato de Concessão 076/07 e 073/97 na aplicação de autos de infração. Deduzido pedido de tutela de urgência foi deferida a liminar para que o DER/PR se abstenha de imputar qualquer penalidade às Concessionárias, em decorrência dos autos de infração lavrados, sob o entendimento de que efetivamente resta incontroverso que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização que não mais oportuniza o tempo de cura das não conformidades previamente a autuação por parte da Concessionária. A decisão liminar determinou ainda que as Concessionárias promovessem o depósito das multas já impostas pelo Poder Concedente até o momento em que proferida a liminar, podendo tal depósito ser substituído por seguro garantia. DER/PR interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a liminar favorável às concessionárias, que teve o efeito suspensivo negado. O DER/PR e Estado do Paraná apresentaram Contestação. Aguarda-se intimação para impugnação as contestações.

Ainda, no âmbito da regulação contratual da Ecovia e Ecocataratas, em setembro de 2020, foram propostas ações (Ecovia: Ação 5044213-08.2020.4.04.7000 - distribuída para Juízo Federal da 5ª VF de Curitiba - Ecocataratas: Ação 5044220-97.2020.4.04.7000 - distribuída para Juízo Federal da 3ª VF de Curitiba) visando reequilíbrio das perdas tarifárias decorrentes da suspensão da cobrança dos eixos suspensos, uma vez que a Lei 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros) foi modificada em maio de 2018 (pela MP 833/2018, posteriormente convertida na Lei 13.711/2018), para o fim de estabelecer nova isenção tarifária. O art. 17 do referido diploma normativo isentou “os veículos de transporte de cargas que circularem vazios (...) da cobrança de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos”, prevendo expressamente que tal medida “abrange as vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive as concedidas” (§ 1º do art. 17). Trata-se de alteração normativa superveniente e imprevisível, com reflexos diretos e imediatos sobre a concessão outorgada às Concessionárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em dois processos administrativos, um relativo à Ecovia e outro à Ecocataratas. Nessas decisões, a AGEPAR afirma haver suposto excesso no valor atual da tarifa e determina (i) a suspensão dos futuros reajustes, (ii) a anulação dos últimos aditivos contratuais, (iii) a realização de estudos pelo DER para redução da tarifa e (iv) a comunicação aos demais órgãos estatais de controle e fiscalização. Assim, a AGEPAR pretende obstar o reajuste tarifário devido para dezembro de 2020 e ainda reduzir drasticamente a tarifa, a valor mínimo. Ecovia e Ecocataratas interpuseram ações judiciais, alegando vícios nos processo administrativo; desrespeito ao devido processo legal; descon sideração do contraditório e do dever de fundamentar as decisões; incompetência da AGEPAR para anula regras contratuais e obstáculos jurídicos à desconstituição de atos perfeitos: coisa julgada em diversas ações entre as partes; prescrição; proibição de conduta contraditória; erros de apreciação no mérito da questão: a revisão pretendida parte de premissas despropositas, que descon sideram a TIR, as previsões contratuais e as normas legais e constitucionais relativas à intangibilidade de equação econômico-financeira; há também graves defeitos técnicos contábeis, já demonstrados em pareceres, que foram, no entanto, desprezados pela AGEPAR; (especificamente quanto ao reajuste, sua autonomia em relação à tarifa base.

Na ação ajuizada pela Rodovia das Cataratas – Ecocataratas S/A, em face da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e demais entes (Estado do Paraná), visando a suspensão de todos os efeitos da decisão proferida no âmbito do processo de autotutela instaurado contra a Concessionária, processo nº 5057801-82.2020.4.04.7000 – 5º Vara Federal de Curitiba-PR, foi concedida a tutela de urgência para determinar a suspensão dos efeitos Resolução 27/2020 AGEPAR, bem como atos dela decorrentes. Ou seja, estão suspensos os efeitos da decisão do processo de autotutela, inclusive os referentes a necessidade de cálculo de nova base tarifária, suspensão de reajuste tarifário ou suspensão de reequilíbrios contratuais. A decisão teve os seguintes fundamentos: a AGEPAR não possui competência para rever a Taxa de Retorno, porque: (i) não assinou o termo aditivo que pretende anular; (ii) não se manifestou em relação a eventuais erros quando foi consultada; (iii) os efeitos do termo aditivo são concretos e vão além do que a fixação da TIR, irradiando-se para o campo jurisdicional; (iv) não há legalmente competência para rever as bases contratuais, apenas devendo verificar se é devido o reajuste ou a revisão das tarifas; (v) mesmo se houvesse a competência, a AGEPAR deveria ter observado o contraditório e a ampla defesa, inclusive chamando o Poder Concedente para ter ciência desta decisão.

Na ação ajuizada pela Ecovia Caminho do Mar, em face da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e demais entes (Estado do Paraná), processo nº 5057980-16.2020.4.04.7000 – 6º Vara Federal de Curitiba-PR, foi concedida pelo TRF4 a suspensão de parte da decisão do processo de autotutela, Resolução 026/20, para obstar a implementação de redução das atuais tarifas de pedágio cobradas na rodovia concedida, sob os mesmos argumentos lançados pelo juízo que deferiu a liminar da Ecocataratas, mas manteve suspensa a aplicação do reajuste anual sob o argumento de que a majoração desses valores produzirá efeitos que onerará, diretamente, os usuários da rodovia e incrementará eventual "excesso" tarifário.

d) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

Acórdão 883/2020 – TCU

Em de abril de 2020, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A ("Ecosul"), sem que esta seja parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293 (no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR 392, concluindo-se por determinar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame, atualmente pendente de julgamento pelo TCU, em que sustenta que todas as alterações contratuais foram realizadas em conformidade com o contrato e normativos vigentes. Por força legal, as determinações do TCU, objeto de recurso, se encontram suspensas. A depender dos resultados da tomada de contas e seus efetivos efeitos sobre o Contrato de Concessão, a Companhia estuda a possibilidade de judicializar a matéria.

Pavimento

Em 19 de maio de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres concluiu a apuração dos investimentos em recuperação e manutenção de pavimento pertinente ao cronograma de obras realizados no ano de 2018. A partir de então, a Agência Reguladora passou a adotar um novo entendimento quanto ao critério de fiscalização e aceitação das obras incluídas pelo 6º Aditivo ao Contrato, passando a exigir o atendimento integral ao projeto executivo aprovado no ano de 2014, , independentemente do atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados no aditivo.

Como consequência da aplicação desse novo entendimento, a Agência Reguladora publicou em 02/09/2020 as Portarias nº 072/2020 e 076/2020, aplicando retroativamente o novo critério de apuração para as obras que haviam sido realizadas e aceitas em 2017 e 2016, respectivamente, o que implicou na postergação desses investimentos para o exercício anual de 2020. Seguindo a nova diretriz de fiscalização, os investimentos em recuperação e manutenção realizados no ano de 2019 também foram postergados para o exercício anual de 2020, por meio da Portaria nº 077/2020, publicada em 03/09/2020.

A adoção desse novo entendimento acarretou no apontamento de altos percentuais de inexecuções das obras realizadas entre os anos de 2016 a 2019, independentemente de seu

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados, cujas postergações poderão impactar negativamente a tarifa básica de pedágio em -3,30%. Também foram emitidas penalidades em face da Concessionária em relação às inexecuções do cronograma de obras de 2018 no valor de R\$ 1.510.155,15, descumprimento do projeto executivo no valor de R\$ 614.300,40, além da determinação para o refazimento das obras que haviam sido aceitas nos anos anteriores.

A Concessionária apresentou manifestações contrárias ao entendimento apresentado pelas respectivas Portarias ANTT e seus reflexos, bem como defesas aos autos de infração lavrados, todos em análise pela Agência Reguladora. A depender dos resultados da discussão administrativa e seus efetivos efeitos sobre o Contrato de Concessão, a Companhia estuda a possibilidade de judicializar a matéria

e) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados.

f) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem

a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota Explicativa nº 26.

O inquérito policial encontra-se em andamento perante a Polícia Federal, sem previsão de término, em relação ao qual a Companhia estuda a possibilidade de transacionar com o Ministério Público e demais autoridades competentes a fim de encerrar o caso de forma definitiva.

g) Ecovias dos Imigrantes - Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou acordo de não persecução cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Nos termos do ANPC, a Ecovias arcará com o valor de R\$638 milhões, que será destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretaria de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Ecovias, dos quais R\$ 38 milhões serão pagos pela Companhia. Adicionalmente, o ANPC contém outras disposições e R\$12 milhões adicionais decorrentes de outras obrigações que também serão arcados pela Companhia. Os valores relacionados as obras que serão incluídas no âmbito do contrato de concessão da Ecovias serão contabilizados de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Em contrapartida, visando à manutenção das atividades da Ecovias e o interesse público, haverá o encerramento, por parte do MPSP, dos procedimentos e das discussões, sejam de natureza cível, administrativa ou sancionatória, inclusive em relação a atos de improbidade administrativa, contra a Ecovias e outras empresas do Grupo Ecorodovias, para evitar que sejam aplicadas novas sanções à Ecovias e outras empresas do Grupo Ecorodovias com base nos fatos e informações coletadas pelo MPSP.

Atualmente aguarda-se a homologação do ANPC perante o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMP"). Após a homologação pelo CSMP, será também levado para homologação por uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Ecovias tem direito a desequilíbrios contratuais, que usualmente são compensados por meio de extensão de prazo contratual, os quais suportarão a amortização do intangível após a sua entrada em operação, esperada de 5 a 8 anos. As negociações envolvendo (i) passivos regulatórios no âmbito do seu Contrato de Concessão decorrentes de desequilíbrios econômico-financeiros devidamente apurados e incontroversos; e (ii) possível inclusão de novos investimentos de interesse público junto ao Poder Concedente estão em fase avançada.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os registros contábeis estão a seguir:

- A obrigação de multas foi contabilizada na data da assinatura do acordo atualizada a valor presente no montante de R\$45.792. Em 31 de dezembro o valor atualizado é de R\$49.813;
- A obrigação e obras será reconhecida ao ativo intangível conforme sua execução, em contrapartida à receita de construção; e
- A obrigação de desconto será reconhecida conforme o mesmo for concedido aos usuários, conforme IFRS15 Contrato de receita.

23. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, podem resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão nos exercícios é conforme segue:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	63.559	103.323	31.774	8.003	206.659
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1	22.330	11.145	(287)	33.189
(-) Pagamentos	-	(5.959)	(11.089)	(33)	(17.081)
(+) Atualização monetária	1.444	9.935	4.932	(20)	16.291
Saldos em 31 de dezembro de 2020	65.004	129.629	36.762	7.663	239.058

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	51.649	99.635	28.104	6.078	185.466
Consolidação Ecopátio	-	-	1.745	195	1.940
Aquisição participação	-	310	3.159	690	4.159
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	9.559	5.834	8.298	841	24.532
(-) Pagamentos	-	(6.817)	(13.015)	(25)	(19.857)
(+) Atualização monetária	2.351	4.361	3.483	224	10.419
Saldos em 31 de dezembro de 2019	63.559	103.323	31.774	8.003	206.659

(a) Processos ambientais

O valor provisionado corresponde principalmente a ação civil pública, da controlada Ecovias dos Imigrantes, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$ 6.522. Em 31 de Dezembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de Dezembro de 2020, incluindo o valor do depósito complementar de R\$ 6.522, é de R\$ 61.783 (R\$60.425 em 31 de dezembro de 2019), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$1.041.419 em 31 de dezembro de 2020 (R\$963.550 em 31 de dezembro de 2019), oriundas de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa classificada como provável, ou seja, com constituição de provisão é da controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Interpusemos Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, apresentamos recurso, pendente de julgamento.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2020, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$45.709 (R\$60.434 em 31 de dezembro de 2019), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

(d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2020, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$223.794 (R\$210.845 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18.9.2019, sendo que o acórdão ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. O valor correspondente a discussão, em 31 de Dezembro de 2020 é de R\$133.479 (R\$129.821 em 31 de dezembro de 2019).

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocação para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$4.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$46.140 referente ao saldo de 31 de dezembro 2019 foi absorvido pelo prejuízos acumulados.

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo líquido do exercício	(423.988)	(185.460)
Prejuízo exercícios anteriores	(185.460)	-
Absorção do prejuízo		
Reserva Legal	46.140	-
Reserva de orçamento de capital	196.821	-
Prejuízos acumulados	<u>(366.487)</u>	<u>(185.460)</u>

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados nos anos de 2019 e 2020.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 713 mil ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2020, de R\$13,37 (R\$16,30 em 31 de dezembro de 2019). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 31 de dezembro de 2020, é de R\$9.533.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.525, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	3.023.853	2.952.132
Receitas de construção (b)	981.472	1.007.724
Receitas portuárias (c)	390.829	390.167
Receitas acessórias (d)	96.134	87.631
Receitas logística (e)	32.363	24.256
Receita bruta total	4.524.651	4.461.910
Deduções de receita	(358.347)	(340.928)
Deduções do reconhecimento da receita (g)	(166.518)	(168.093)
Receita líquida	3.999.786	3.952.889

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

(b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

As receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

(d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(e) Refere-se as receitas auferidas pela Ecopátio Logística Cubatão Ltda, as operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia.

(f) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (g) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC47 Receita de Contratos com Clientes.

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	3.023.853	2.952.133
Receitas portuárias	390.829	390.167
Receitas logística	32.363	24.256
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	96.134	87.631
	<u>3.543.179</u>	<u>3.454.187</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(143.840)	(137.076)
PIS (ii)	(31.170)	(29.706)
ISS (iii)	(180.864)	(173.551)
Outros – ICMS	(4)	(17)
Dedução do reconhecimento da receita	(166.518)	(168.093)
Abatimentos	(2.469)	(578)
	<u>(524.865)</u>	<u>(509.021)</u>

- i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.
 ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.
 iii. Alíquota de média de 5,0%.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	12.542	40.599	376.745	407.989
Conservação e manutenção e outros	408	426	141.697	114.832
Serviços de terceiros (i)	14.446	31.503	244.614	240.158
Seguros	1.222	985	19.014	18.554
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	73.347	68.217
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	111.776	200.873
Custo de construção de obras	-	-	981.472	1.007.724
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 12 e 13)	1.345	587	547.061	567.505
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	594	1.495	13.634	23.477
Outros custos e despesas operacionais (ii)	1.271	1.622	184.717	100.891
	<u>31.828</u>	<u>77.217</u>	<u>2.694.077</u>	<u>2.750.220</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	2.356.815	2.449.007
Despesas gerais e administrativas	31.828	77.217	337.262	301.213
	<u>31.828</u>	<u>77.217</u>	<u>2.694.077</u>	<u>2.750.220</u>

- (i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.
 (ii) Vide Nota Explicativa nº 22.f)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.958	3.244	51.744	148.303
Juros sobre Mútuos	150	2.900	-	-
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	6.910
Atualização monetária de créditos fiscais	120	73	2.972	7.882
Atualização monetária venda Elog	4.005	4.933	4.005	4.933
Variação cambial/monetária sobre empréstimos	-	-	-	13.573
Outras	191	420	4.181	5.894
	<u>6.424</u>	<u>11.570</u>	<u>62.902</u>	<u>187.495</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(32.441)	(71.452)	(298.218)	(470.136)
Cessão e assunção de dívida	-	(18.810)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(61.890)	-	(176.782)	(100.231)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(116.359)	(104.312)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(5.910)	(7.054)	(18.928)	(19.599)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(179.259)	(120.378)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras	-	-	(39.536)	(39.072)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos	-	-	(4.121)	(18.921)
Juros sobre debêntures privadas	-	(2.698)	-	-
Juros capitalizados	-	-	46.907	56.247
Juros sobre mútuo	-	(10.535)	-	-
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(360)	(596)	(8.785)	(15.233)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(119)	(72)	(16.540)	(11.732)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	(21)	-	(8.877)	(11.880)
Outras	(4.745)	(1.549)	(29.069)	(32.320)
	<u>(105.486)</u>	<u>(112.766)</u>	<u>(849.567)</u>	<u>(887.567)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(99.062)</u>	<u>(101.196)</u>	<u>(786.665)</u>	<u>(700.072)</u>

28. PREJUÍZO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo básico – resultado do exercício	(0,76)	(0,33)
Prejuízo diluído – resultado do exercício	(0,76)	(0,33)
Prejuízo básico – resultado de operações continuadas	(0,75)	(0,33)
Prejuízo diluído – resultado de operações continuadas	(0,75)	(0,33)

a) Prejuízo básico por ação

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(423.988)	(185.460)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(417.988)	(185.280)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(774)	(2.206)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	557.925	556.493
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,76)	(0,33)
Prejuízo básico por ação de operações continuadas - R\$	(0,75)	(0,33)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Prejuízo diluído

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(423.988)	(185.460)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(417.988)	(185.280)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	557.925	558.699
Plano Executivo de opção de compra de ações	-	1.599
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	557.925	558.092
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,76)	(0,33)
Prejuízo diluído por ação de operações continuadas - R\$	(0,75)	(0,33)

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dívida (i)	1.393.012	1.567.598	9.501.878	9.587.933
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva	(5.818)	(15.275)	(1.469.708)	(1.963.164)
Dívida líquida	1.387.194	1.552.323	8.032.170	7.624.769
Patrimônio líquido (ii)	56.181	455.351	56.181	455.351
Índice de endividamento líquido	24,69	3,41	142,97	16,74

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 102,5% do CDI em 31 de

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2020 (98,3% em 31 de dezembro de 2019), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	24.510	24.510
Clientes (i)	Custo amortizado	183.607	183.607
Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	1.496.989	1.496.989
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	135.521	135.521
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	3.025.344	2.977.490
Debêntures (iii)	Custo amortizado	5.432.771	5.390.662
Arrendamentos a pagar(iii)	Custo amortizado	40.402	40.402
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	1.003.361	1.003.361
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	Custo amortizado	9.515	9.515

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.
- (v) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que está se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$96.867 (R\$95.157 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	1.810.372	1.277.512	1.578.179	3.104.239
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	147.891	135.693	133.245	1.164.621
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	44.359	43.748	43.130	553.498
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	9.068	9.068	9.068	136.019
Obrigações com Poder Concedente	84.676	88.326	92.134	4.310.927
Finame	45	37	-	-
Notas Promissórias	247.939	1.127.398	-	-
Cédula de Crédito Bancária - CCB	254.575	-	-	-
Arrendamentos a pagar	23.412	10.725	2.242	4.023
Outros	92	-	-	-
	<u>2.622.429</u>	<u>2.692.507</u>	<u>1.857.998</u>	<u>9.273.327</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	48.251	60.313	72.376
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(290.750)	(317.118)	(343.391)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(226.253)	(236.000)	(245.720)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(2.082)	(2.603)	(3.124)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(13.456)	(14.073)	(19.846)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(104.168)	(146.910)	(196.431)
Juros sobre NP (Nota Promissória) (a)	Alta do CDI	(159.515)	(173.354)	(187.188)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(747.973)</u>	<u>(829.745)</u>	<u>(923.324)</u>

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	4,42%	5,53%	6,63%
IPCA (b)	4,01%	5,01%	6,02%
TJLP (c)	4,75%	5,94%	7,13%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2020.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("*Chief Operating Decision-Maker - CODM*").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

b) "*Holding*" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03, EIL04 e Argovias Participações e as "*Holdings*" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "*Holding*" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos. O Ecopátio voltou a ser consolidado a partir de 01 de janeiro de 2019.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Concessões rodoviárias	89,60%	91,13%
"Holding" e serviços	5,78%	4,33%
Portos	3,97%	4,04%
Logística	0,65%	0,50%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2020. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

	31/12/2020					
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	9.865.857	449.681	76.131	7.657.653	(6.955.682)	11.093.640
Ativo circulante	1.331.609	61.052	18.683	851.320	(512.576)	1.750.088
Ativo não circulante	8.534.248	388.629	57.448	6.806.333	(6.443.106)	9.343.552
Passivo	9.865.857	449.681	76.131	7.657.653	(6.955.682)	11.093.640
Passivo circulante	1.478.446	209.964	1.451	1.341.415	(512.577)	2.518.699
Passivo não circulante	4.791.668	120.610	1.330	4.489.824	(884.672)	8.518.760
Patrimônio líquido	3.595.743	119.107	73.350	1.826.414	(5.558.433)	56.181

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2020

Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.824.891	169.629	27.770	246.582	(269.086)	3.999.786
Custo dos serviços prestados	(2.230.597)	(124.101)	(17.760)	(140.650)	156.293	(2.356.815)
Lucro bruto	1.594.294	45.528	10.010	105.932	(112.793)	1.642.971
Despesas gerais e administrativas	(239.528)	(49.892)	(7.073)	(105.221)	64.452	(337.262)
Amortização de investimentos	-	-	-	(26.923)	26.923	-
Outras receitas/despesas	1.663	(75.435)	5	(367.309)	1.108	(439.968)
Equivalência patrimonial	-	-	-	629.931	(629.935)	(4)
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.356.429	(79.799)	2.942	236.410	(650.245)	865.737
Resultado financeiro	(472.740)	(17.930)	125	(296.120)	-	(786.665)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	883.689	(97.729)	3.067	(59.710)	(650.245)	79.072
Imposto de renda e contribuição social	(316.227)	(232.578)	(370)	48.883	3.232	(497.060)
Resultado das operações continuadas	567.462	(330.307)	2.697	(10.827)	(647.013)	(417.988)
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	567.462	(330.307)	2.697	(16.827)	(647.013)	(423.988)

31/12/2019

Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	9.176.608	753.239	73.887	7.417.305	(5.878.586)	11.542.453
Ativo circulante	1.422.050	44.392	9.147	1.049.448	(170.415)	2.354.622
Ativo não circulante	7.754.558	708.847	64.740	6.367.857	(5.708.171)	9.187.831
Passivo	9.176.608	753.239	73.887	7.417.305	(5.878.586)	11.542.453
Passivo circulante	1.541.513	266.488	1.636	2.369.097	(170.415)	4.008.319
Passivo não circulante	4.767.255	116.837	1.598	3.053.399	(860.306)	7.078.783
Patrimônio líquido	2.867.840	369.914	70.653	1.994.809	(4.847.865)	455.351

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2019

Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.780.263	167.480	20.845	179.501	(195.200)	3.952.889
Custo dos serviços prestados	(2.278.760)	(141.280)	(19.428)	(114.148)	104.609	(2.449.007)
Lucro bruto	1.501.503	26.200	1.417	65.353	(90.591)	1.503.882
Despesas gerais e administrativas	(158.868)	(52.955)	(4.515)	(148.807)	63.932	(301.213)
Amortização de investimentos	-	-	-	(22.294)	22.294	-
Outras receitas/despesas	(375.077)	54.076	(38.476)	(85.322)	37.816	(406.983)
Equivalência patrimonial	-	-	-	331.625	(331.615)	10
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	967.558	27.321	(41.574)	140.555	(298.164)	795.696
Resultado financeiro	(404.286)	(28.103)	283	(267.965)	-	(700.071)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	563.272	(782)	(41.291)	(127.410)	(298.164)	95.625
Imposto de renda e contribuição social	(324.426)	2.367	(984)	42.139	-	(280.904)
Resultado das operações continuadas	238.846	1.585	(42.275)	(85.271)	(298.164)	(185.279)
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(180)	-	(180)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	238.846	1.585	(42.275)	(85.451)	(298.164)	(185.459)

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transação que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Direito de uso – CPC 06 (R2)	897	58.510

32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu em seu resultado R\$6.000 (R\$180 em 31 de dezembro de 2019), referentes à cláusula de indenização.

33. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 01 de março de 2021, a Companhia comunicou ao mercado, através de Fato Relevante, que em 26 de fevereiro de 2021 foi notificada pelo Ministério da Infraestrutura, por meio do Ofício nº 81/2021/SNPTA, acerca da decisão do Poder Concedente pela não renovação do Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 e seus aditivos.

Por se tratar de Evento Subsequente ao período contábil a que se refere às demonstrações contábeis que exigem que a entidade ajuste os valores reconhecidos em suas demonstrações ou reconheça itens que não tenham sido previamente reconhecidos, conforme pronunciamento técnico CPC 24 Eventos Subsequentes, item 9.b), a Companhia reconheceu os efeitos desta decisão em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme descritos nas Notas Explicativas nº 1.b) e 1.c).